



www.LeisMunicipais.com.br

versão consolidada, com alterações até o dia 04/01/2019

LEI COMPLEMENTAR Nº 16/2006, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2006.

INSTITUI O CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA VERMELHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MOACIR VOLPATO, Prefeito Municipal de Lagoa Vermelha, Faço saber a todos os habitantes do Município de Lagoa Vermelha que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES ADMINISTRATIVAS

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Código, parte integrante do Plano Diretor de Lagoa Vermelha, orienta a elaboração de projetos e a execução de obras e edificações no Município.

Art. 2º São normas complementares as deste Código toda Legislação Federal e Estadual pertinentes à matéria.

~~Capítulo II~~

~~DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA~~

Capítulo II

DAS RESPONSABILIDADES (REDAÇÃO DADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 85/2019)

~~**Art. 2º** São considerados profissionais legalmente habilitados para projetar, calcular, especificar, orientar, avaliar e executar obras no Município, aqueles devidamente registrados no CREA e matriculados na Municipalidade, na forma desta Lei.~~

Art. 3º São responsáveis pelas edificações:

I - O profissional;

a) É considerado profissional aquele habilitado responsável pela elaboração de projetos, que responderá

pelo conteúdo das peças gráficas, descritivas, especificações e exequibilidade de seu trabalho e pela execução da obra, que desde o seu início até sua total conclusão, responde por sua correta execução e adequado emprego de materiais, conforme projeto aprovado pelo Município e observância às normas da ABNT.

b) São considerados aptos a elaborar projetos e executar obras de edificações os profissionais legalmente habilitados para o exercício da atividade, aqui denominados responsáveis técnicos, bem como as empresas legalmente habilitadas.

c) Cabe ao profissional a execução da obra de acordo com o projeto aprovado pelo órgão municipal, bem como o atendimento a toda e qualquer legislação vigente, ficando os mesmos sujeitos às sanções legais.

II - O proprietário;

a) O proprietário do imóvel ou seu sucessor, a qualquer título, é responsável pela manutenção das condições de estabilidade, segurança, salubridade e uso do imóvel e suas edificações, bem como pela observância das prescrições desta Lei e demais Legislações em vigor.

b) Mediante prévio consentimento da Prefeitura, é direito do proprietário do imóvel promoção e execução de obras e edificação em seu imóvel, respeitados o direito de vizinhança, as normas deste Código de Obras e as demais legislações vigentes, com acompanhamento de profissional legalmente habilitado. (Redação dada pela Lei Complementar nº 85/2019)

~~Art. 4º São condições necessárias para a matrícula:~~

~~I - requerimento do interessado;~~

~~II - apresentação da carteira profissional, expedida ou visada pelo CREA;~~

~~Parágrafo Único. Tratando-se de firma coletiva, além dos requisitos previstos nos incisos I e II deste artigo, exigir-se-á a prova de sua constituição no registro público competente e no CREA.~~

Art. 4º São condições necessárias para matrícula do profissional responsável técnico no Município:

I - requerimento do interessado;

II - apresentação da certidão de registro profissional expedida pelo órgão regulamentador do exercício da profissão;

Parágrafo único. Tratando-se de firma coletiva, além dos requisitos previstos nos incisos I e II deste artigo, exigir-se-á a prova de sua constituição no registro público competente e no órgão regulamentador do exercício da profissão. (Redação dada pela Lei Complementar nº 85/2019)

Art. 5º Será suspensa a licença dos profissionais técnicos que executarem obras em desacordo com o projeto aprovado pelo Município.

Parágrafo Único. Poderá ser concedida exoneração de qualquer responsabilidade do autor do projeto, desde que este o requeira, fundado em alteração feita ao projeto à sua revelia ou contra a sua vontade.

~~Art. 6º A Municipalidade comunicará ao CREA os profissionais, proprietários ou empresas que infringirem qualquer disposição desta Lei ou determinações da respectiva licença.~~

Art. 6º Na condição de executantes das obras licenciadas pelo município atuam em conjunto o responsável técnico e o proprietário.

§ 1º São deveres dos responsáveis técnicos, nos limites das respectivas competências:

I - prestar, de forma correta e inequívoca, informações ao Executivo e elaborar os projetos de acordo com a legislação vigente;

II - executar obra licenciada, de acordo com o projeto aprovado e com a legislação vigente;

III - cumprir as exigências técnicas e normativas impostas pelos órgãos competentes municipais, estaduais e federais, conforme o caso;

IV - assumir a responsabilidade por dano resultante de falha técnica na execução da obra, dentro do prazo legal de sua responsabilidade técnica;

V - garantir as condições de estabilidade, segurança e salubridade da obra, de modo a evitar danos a terceiros, bem como a edificações e propriedades vizinhas, logradouros públicos;

VI - fiscalizar as obras e dar o suporte necessário às vistorias Municipais.

§ 2º É facultada a transferência da responsabilidade técnica da obra para outro profissional que esteja devidamente habilitado e atenda às exigências desta Lei, assumindo o novo profissional a responsabilidade a partir da transferência, sem prejuízo da atuação do profissional anterior.

I - Ocorrendo a transferência, deverá ser dada baixa do registro de responsabilidade técnica do órgão regulamentador do exercício da profissão e apresentar o comprovante da mesma ao Órgão Municipal competente.

II - O profissional que assumir a responsabilidade deverá apresentar novo registro de responsabilidade técnica, bem como deverá apresentar um requerimento solicitando a sua inclusão como profissional da obra.

§ 3º São deveres do proprietário do imóvel:

I - responsabilizar-se pelas informações prestadas ao Executivo;

II - providenciar para que os projetos e as obras no imóvel de sua propriedade estejam devidamente licenciados e sejam executados por profissional responsável técnico;

III - manter o alvará de construção atualizado;

IV - promover e zelar pelas condições de estabilidade, segurança e salubridade do imóvel;

V - dar o suporte necessário às vistorias e fiscalizações das obras, permitindo-lhes o livre acesso ao canteiro de obras e apresentando a documentação técnica sempre que solicitado;

VI - apresentar, quando solicitado, laudo técnico referente às condições de risco e estabilidade do imóvel;

VII - manter o imóvel e seus fechamentos em bom estado de conservação;

VIII - solicitar o habite-se após conclusão da obra.

§ 4º As obrigações previstas neste Código para o proprietário estendem-se ao possuidor do imóvel, assim entendido a pessoa física ou jurídica, bem como seu sucessor a qualquer título, que tenha de fato o

exercício, pleno ou não, de usar o imóvel objeto da obra.

§ 5º A depredação por terceiro ou a ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, não isentam o proprietário da manutenção do bom estado de conservação da obra e do canteiro de obras em qualquer fase de execução.

§ 6º A não observância do disposto neste artigo sujeita o infrator às penalidades previstas no artigo 158, inciso X da Lei Complementar nº 17/2006, sem prejuízo do cancelamento da licença e ou da adoção de medidas legais cabíveis para adequação às exigências legais. (Redação dada pela Lei Complementar nº 85/2019)

Art. 6-A É competência do Município aprovar o projeto arquitetônico e verificar se as obras estão sendo executadas ou foram construídas de acordo com o projeto, visando o cumprimento da legislação vigente, mormente no que tange aos índices urbanísticos, não se responsabilizando por qualquer sinistro ou acidente decorrente de deficiências do projeto, da inadequada execução e/ou utilização da obra. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 85/2019)

Capítulo III

DO PROJETO E DO LICENCIAMENTO

Art. 7º Todas as obras de construção, ampliação, modificação, demolição ou reforma a serem executadas no Município, serão precedidas dos seguintes atos administrativos:

I - Aprovação do projeto;

II - Licenciamento da obra.

§ 1º - Incluem-se no disposto neste artigo os cortes, escavações, aterros, terraplanagens e explorações de jazidas.

§ 2º - A aprovação e licenciamento de que tratam os incisos I e II poderão ser requeridos simultaneamente, devendo, neste caso, os projetos estarem de acordo com todas as exigências da presente Lei.

~~**Art. 8º** Independem de aprovação de projeto, estando sujeitas apenas ao licenciamento prévio as seguintes obras:~~

~~I - Trocas de cobertura ou estrutura de cobertura e substituição de revestimentos ou de aberturas externas;~~

~~II - Construção de muros no alinhamento do logradouro, exceto muros de arrimo;~~

~~III - Execução de passeios e rebaixamentos de meio-fio;~~

~~IV - Desmatamento, corte, poda e abate de árvores, que sujeita-se a licença ambiental.~~

Art. 8º Dependem também de apresentação de projeto e licenciamento a construção de muros de arrimo e muros com mais de dois metros de altura.

Parágrafo único. Dependem somente de licenciamento prévio a construção de passeio público e a alteração e/ou substituição completa de estruturas de cobertura. (Redação dada pela Lei Complementar nº 85/2019)

Art. 9º Independem de projeto e de licenciamento as seguintes obras:

- I - Reparo e substituição de telhas, calhas, tubulações e condutores em geral;
- II - Impermeabilização de terraços e piscinas;
- III - Limpeza, pintura e reparos nos revestimentos externos das edificações, desde que não alterem as linhas arquitetônicas existentes;
- IV - Limpeza, pinturas, consertos e reparos no interior dos prédios;
- ~~V - Construção de muros de divisa, pintura e revestimento de muros em geral;~~
- V - Construção de muros de divisa com até dois metros de altura, pintura e revestimento de muros em geral; (Redação dada pela Lei Complementar nº 85/2019)
- VI - Conserto da pavimentação dos passeios;
- VII - Galpões para obra, desde que comprovado o licenciamento da mesma;
- VIII - Desmatamento, corte, poda e abate de árvores, que se sujeitam a licença ambiental. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 85/2019)

Parágrafo Único. Será exigido o licenciamento sempre que qualquer uma das atividades citadas neste artigo necessitar de andaimes ou tapumes para sua execução.

SEÇÃO I DA APROVAÇÃO DO PROJETO

Art. 10 - A aprovação dos projetos se dará em duas etapas:

- I - Análise prévia do projeto arquitetônico;
- ~~II - Análise final do projeto arquitetônico, acompanhado de cópias dos projetos elétrico, hidro-sanitário, do projeto estrutural e protocolo de entrada no Corpo de Bombeiros do PPCI (Plano de Prevenção Contra Incêndios) e das ART's dos respectivos responsáveis técnicos.~~
- II - análise final do projeto arquitetônico, acompanhado de uma cópia dos projetos complementares, protocolo de entrada no Corpo de Bombeiros do PPCI (Plano de Prevenção Contra Incêndios - conforme legislação específica vigente) e cópia das ART's e/ou RRT's de todos os serviços incidentes dos respectivos responsáveis técnicos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 85/2019)

§ 1º - Para residências unifamiliares e edificações com menos de 3 (três) pavimentos ou área inferior a 750,00 m² (setecentos e cinquenta metros quadrados) não será exigido projeto estrutural.

§ 2º - Não será exigido protocolo do Plano de Prevenção Contra Incêndios para as residências unifamiliares.

Art. 11 - Para aprovação do projeto arquitetônico, o interessado apresentará à Municipalidade a seguinte documentação:

I - Uma cópia do projeto arquitetônico;

II - Certidão atualizada do imóvel onde a obra será edificada;

III - Autorização para construção assinada pelos proprietários, com firma reconhecida, quando a construção não for realizada em terreno próprio, ou quando tiver sido adquirido por contrato particular de compra e venda;

IV - Planta de situação do imóvel, assinada por profissional habilitado, com indicação precisa de todas as edificações e benfeitorias já existentes, bem como, daquela a ser construída, com a indicação da medida linear (distância) de uma para outra, bem como, em relação ao imóvel.

~~V - No caso de edificação a realizar-se em imóvel alheio, além do requisito previsto no inciso II deste artigo, o requerimento deverá ser instruído com a planta de situação do imóvel, devendo indicar a área a ser futuramente desmembrada em favor do edificante. Caso o desmembramento não possa ser efetuado o Requerente poderá obter o Alvará para construção, desde que assine documento específico, com firma reconhecida, declarando ter ciência deste fato.~~

V - Cópia de RG e CPF do requerente. (Redação dada pela Lei Complementar nº 85/2019)

Art. 12 - O projeto arquitetônico submetido à análise, deverá constar no mínimo de:

I - Planta de situação do terreno e localização do imóvel no terreno em escala, com as dimensões e áreas do lote, indicação do Norte, distância a uma esquina ou edificação numerada, denominação e largura(s) da(s) rua(s) de acesso; todos os elementos que definem a forma, as dimensões e os afastamentos do terreno e da construção; assim como a locação da fossa séptica, dos cursos d'água e a distância da margem destes à construção;

II - Plantas baixas, cortes e elevações em escala, que indiquem claramente o uso, a estrutura, a área e as dimensões de cada compartimento;

III - Quadro de áreas indicando Área do lote, Área ocupada, Área construída computada e não computada no índice de aproveitamento, por pavimento, e Área total a construir;

IV - planta de implantação das edificações no lote com indicação das distâncias da edificação às divisas, cota de nível em relação ao meio-fio, bem como, projeto de passeio público adequado à legislação. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 85/2019)

§ 1º - A escala não dispensará a indicação das cotas que representam as dimensões dos compartimentos e das aberturas, os afastamentos das divisas e a altura da edificação, prevalecendo, em caso de divergência, as cotas apresentadas.

§ 2º - Os cortes deverão ser apresentados em número suficiente para um perfeito entendimento do projeto e convenientemente cotados, com a representação do perfil natural do terreno e da altura da edificação.

§ 3º - As pranchas serão numeradas e possuirão espaço reservado para os carimbos de aprovação acima do selo.

§ 4º - Todas as folhas serão autenticadas com a assinatura do proprietário e do autor do projeto.

Art. 13 - O prazo máximo para aprovação dos projetos é de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data

da entrada do requerimento na Municipalidade ou da última chamada para esclarecimentos, caso tal aconteça.

Art. 14 - Depois de aprovado o projeto arquitetônico, uma via será arquivada na Municipalidade sendo entregue ao requerente uma Certidão de Aprovação do projeto arquitetônico, a qual deverá ser apresentada quando do encaminhamento do projeto completo para a obtenção do alvará.

Art. 15 - Os projetos não licenciados no prazo de 18 (dezoito) meses deverão ser revalidados mediante requerimento e pagamento de nova taxa, sujeitando-se as disposições que vigorarem por ocasião do pedido de revalidação.

Art. 16 - No caso de habitações populares de interesse social, será exigida aprovação apenas para o projeto original, o qual passará a ser considerado projeto padrão, desde que situados em uma mesma Zona.

SEÇÃO II DA MODIFICAÇÃO DO PROJETO APROVADO

Art. 17 - Dependem de nova aprovação e licenciamento as modificações de projeto aprovado que impliquem em aumento da área total, alterem o uso, a dimensão dos compartimentos, a altura e a forma externa da edificação, ou exijam mudanças nos projetos hidro-sanitários ou estrutural.

§ 1º - Caberá ao autor do projeto apresentar à Municipalidade o projeto modificado para aprovação e licenciamento.

§ 2º - A retificação ou correção dos projetos, inclusive de cotas, deverá ser efetuada por meio de ressalvas em local adequado, a critério do órgão licenciador.

§ 3º - As ressalvas serão rubricadas e datadas pelo autor do projeto, assim como visadas e datadas pela autoridade que tenha permitido a correção.

Art. 18 - Dependem apenas de comunicação à Municipalidade as pequenas modificações de projeto aprovado, não incluídas no artigo anterior, que venham a ocorrer durante a obra, desde que atendam a legislação vigente.

SEÇÃO III DO LICENCIAMENTO DE OBRAS

~~**Art. 19 -** Para obtenção do Alvará de Licença, o interessado apresentará à Municipalidade, independente de ter solicitado ou não a aprovação do projeto arquitetônico, os seguintes documentos:~~

Art. 19 Para obtenção do Alvará de Construção, o interessado apresentará à Municipalidade, a aprovação do projeto arquitetônico e os seguintes documentos: (Redação dada pela Lei Complementar nº 85/2019)

I - Requerimento assinado pelo proprietário da obra;

~~II - Três vias do projeto completo;~~

II - duas vias do projeto arquitetônico; (Redação dada pela Lei Complementar nº 85/

~~III - Comprovante de Propriedade do Imóvel;~~

III - Comprovante de Propriedade do Imóvel ou Autorização para a construção conforme previsto no art.11, III; (Redação dada pela Lei Complementar nº 85/2019)

~~IV - Recibo de pagamento das taxas correspondentes;~~

~~IV - cópia do CPF e RG do requerente. (Redação dada pela Lei Complementar nº 85/2019)~~

~~V - ART's correspondentes aos projetos e execução da obra.~~

V - registros de responsabilidade técnica do órgão regulamentador do exercício da profissão correspondentes aos projetos e execução da obra. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 85/2019)

§ 1º - Os projetos de edificações para fins industriais ou onde se armazenem, manipulem, produzam ou comercializem produtos perigosos, serão acompanhados ainda do Licenciamento Ambiental Prévio do Órgão Municipal ou Estadual de Proteção Ambiental.

~~§ 2º - Nos casos de obras em condomínios residenciais, comerciais ou industriais, será exigida a apresentação dos seguintes elementos:~~

~~a) Convenção do condomínio;~~

~~b) Ata de assembléia geral que deliberou pela execução de obras no prédio;~~

~~c) Ata de assembléia geral que elegeu o síndico, o qual firmará o requerimento pedindo a licença para execução da obra. (Revogado pela Lei Complementar nº 85/2019)~~

§ 3º - Todos os projetos, com exceção dos de residências unifamiliares, deverão ainda apresentar o comprovante do protocolo junto ao Corpo de Bombeiros.

§ 4º - As obras enquadradas nos Usos 7, 8, 10, 11, 13, 18, 21, 22, 24, 25, 29, 30, 31 e 32, deverão ser precedidas da apresentação e apreciação do EPIV (Estudo Prévio de Impacto de Vizinhaça), quando forem caracterizadas como permissíveis na respectiva Zona em questão.

~~Art. 20 - Os requerimentos de Alvará de Licença deverão ser despachados no prazo de 15 (quinze) dias corridos, sendo que a obra deverá ser executada no prazo de 36 (trinta e seis) meses.~~

Art. 20 Os requerimentos de Alvará de Licença deverão ser despachados, para aprovação ou retificações, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, sendo que a obra deverá ser executada no prazo de 36 (trinta e seis) meses contados da ciência da aprovação pelo requerente. (Redação dada pela Lei Complementar nº 85/2019)

§ 1º - Poderá ser renovado o prazo para execução da obra por igual período desde que a mesma esteja em andamento e precedido de requerimento justificando o atraso.

§ 2º - Simultaneamente ao licenciamento da obra, a Municipalidade fornecerá ao interessado o alinhamento do terreno e o nível da Via, mediante documento escrito.

~~§ 3º - O Poder Executivo, quando achar conveniente, poderá exigir do proprietário do terreno a demarcação da via para fins de alinhamento do terreno e nivelamento da rua, a qual deverá observar o projeto de loteamento aprovado ou os parâmetros definidos no Plano Diretor e em sua legislação~~

~~complementar, devendo o proprietário apresentar ART da respectiva demarcação.~~ (Revogado pela Lei Complementar nº 85/2019)

Art. 21 - O Alvará de licença para construção, o alinhamento e o nivelamento concedidos serão válidos pelo prazo de 12 (doze) meses, findo o qual e não tendo sido iniciada a construção, os mesmos perderão seu valor, devendo ser renovados.

Parágrafo Único. Para efeito da presente Lei, uma edificação será considerada obra iniciada com a execução de suas fundações.

Art. 22 - Uma vez verificada a regularidade do projeto será concedida a licença para realização da obra, momento em que será fornecida a numeração predial, após prévio pagamento da respectiva taxa.

Parágrafo único - Nos demais casos em que seja solicitada a numeração predial é necessária a apresentação dos seguintes documentos:

- a) requerimento firmado e protocolado pelo proprietário do imóvel;
- b) cópia atualizada da matrícula do imóvel, expedida a no máximo 90 (noventa) dias;
- c) no caso de imóvel de propriedade de terceiro, além do requerimento previsto na alínea "a", apresentar autorização do proprietário do imóvel. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 75/2016)

Art. 23 - Após a caducidade do primeiro licenciamento, se a parte interessada quiser iniciar as obras, deverá requerer e pagar novo licenciamento, desde que ainda válido o projeto aprovado.

Parágrafo Único. Esgotado o prazo de licença e não estando concluída a obra, deverá ser requerida a prorrogação do prazo e pago novo licenciamento.

Art. 24 - Nas obras não licenciadas pela municipalidade, ou seja, construídas de maneira clandestina, sem autorização do Poder Público, não recairá qualquer obrigatoriedade ou responsabilidade ao mesmo.

Art. 24-A É de competência exclusiva do município o licenciamento de obras em terrenos, na parte que estejam localizados dentro do perímetro urbano, obedecendo também às disposições especiais que seguem:

I - O trecho da Rua Buarque de Macedo, compreendido entre a BR 285 até o Cemitério Municipal, incluindo toda a testada deste com a via, é considerado como via urbana, integrante do patrimônio viário do município para todos os efeitos legais, incidindo exclusivamente as normas do Plano Diretor e Legislação Municipal complementar para fins de licenciamento de obras e outros;

II - As vias já existentes, imediatamente paralelas às BRs, são consideradas como vias urbanas, incidindo exclusivamente as normas do Plano Diretor e Legislação Municipal Complementar para fins de licenciamento de obras e outros;

III - Nas vias que vierem a ser construídas, imediatamente paralelas às BRs, será obrigatória a reserva de uma faixa de recuo de obra de 12 (doze) metros, contados do eixo central da pista de rolamento da via paralela;

IV - para os casos em que as construções existentes estejam em desacordo com o recuo de obra exigido pela legislação municipal, observar-se-á alinhamento já constituído na via, não se aplicando o recuo previsto no inciso II. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 65/2013)

SEÇÃO IV
DO LICENCIAMENTO DE DEMOLIÇÕES

Art. 25 - A demolição de qualquer construção ou parte dela, muros de divisa com altura superior a 2,00 m (dois metros) e muros no alinhamento do logradouro público, somente poderá ser executada mediante licenciamento da Municipalidade.

§ 1º Os requerimentos de Alvará de Demolição deverão ser analisados no prazo de 15 (quinze) dias, sendo que a demolição deverá ser executada no prazo de 3 (três) meses, podendo ser renovado o prazo por igual período desde que a demolição esteja em andamento e precedido de requerimento justificando o atraso. (Parágrafo único transformado em § 1º pela Lei Complementar nº 65/2013)

§ 2º No caso de colocação de tapumes utilizando qualquer faixa do passeio, o mesmo deverá ser retirado impreterivelmente ao final do prazo de que trata o parágrafo anterior. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 75/2016)

Art.26 - Para obtenção do licenciamento de demolições o interessado apresentará os seguintes documentos:

~~I - Requerimento assinado pelo proprietário e profissional responsável;~~

I - requerimento assinado pelo proprietário; (Redação dada pela Lei Complementar nº 85/2019)

~~II - Recibo ou pagamento da taxa correspondente.~~

II - matrícula atualizada do imóvel. (Redação dada pela Lei Complementar nº 85/2019)

Parágrafo Único. Deverá haver Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de profissional legalmente habilitado para as demolições a seguir:

I - Construções com mais de 2 (dois) pavimentos;

II - Construções que tenham mais de 8,00 m (oito metros) de altura;

III - Construções no alinhamento do logradouro ou sobre uma ou mais divisas do lote, mesmo que seja de um só pavimento.

Art. 27 - Nenhuma demolição poderá ser feita sem que sejam tomadas medidas de segurança para os operários, para os transeuntes e para as propriedades vizinhas, competindo ao proprietário fazer a limpeza da via pública e dos imóveis em toda região atingida pelos detritos da demolição.

Parágrafo Único. O horário, dentro do qual uma demolição deva ou possa ser executada, será das 7h30min (sete horas e trinta minutos) às 22 horas.

Art. 28 - Nas demolições onde houver necessidade de uso de explosivos, estas deverão ser acompanhadas por profissional habilitado e órgãos fiscalizadores.

Art. 29 - O licenciamento por parte da Municipalidade não implica em responsabilidade por quaisquer

danos a terceiros que venham a ocorrer durante a demolição.

Capítulo IV

DAS OBRIGAÇÕES DURANTE AS OBRAS

Art. 30 - Toda obra deverá ser construída de acordo com o projeto aprovado pelo Poder Público Municipal.

Art. 31 - É possível a construção de edificações abaixo do nível da via fornecido pelo Município. Porém, ficará sobre inteira responsabilidade de seu proprietário possíveis danos causados em decorrência de alagamento provocado pela ação da natureza.

SEÇÃO I

DA DOCUMENTAÇÃO

~~**Art. 32 -** Com a finalidade de comprovar o licenciamento para os efeitos de fiscalização, o Alvará de Licença será afixado juntamente com o projeto aprovado, no local da obra em lugar de fácil acesso, bem como deverá estar em bom estado de conservação.~~

Art. 32 Com a finalidade de comprovar o licenciamento para efeitos de fiscalização, a cópia do Alvará de Licença e/ou outro instrumento de identificação instituído pela municipalidade será afixado no local da obra em lugar de fácil acesso, bem como deverá estar em bom estado de conservação. (Redação dada pela Lei Complementar nº 85/2019)

SEÇÃO II

DA SEGURANÇA PÚBLICA E CONSERVAÇÃO DOS LOGRADOUROS

Art. 33 - Durante a execução das obras, o proprietário e ou profissional responsável deverá(ão) colocar em prática as medidas necessárias para garantir a segurança dos operários, do público e das propriedades vizinhas, além de providenciar para que o leito dos logradouros seja mantido em perfeito estado de limpeza e conservação, conforme as normas de segurança do trabalho.

§ 1º - O proprietário e ou responsável técnico pela obra deverá(ão) colocar em prática todas as medidas necessárias no sentido de evitar obstrução do logradouro público ou incômodo para a vizinhança, pela queda de detritos, produção de poeira e ruído excessivos.

§ 2º - Nas obras situadas nas proximidades de hospitais, asilos e congêneres e nas vizinhanças de residências, é proibido executar antes das 7h30min (sete horas e trinta minutos) e depois das 20 vinte horas, qualquer trabalho ou serviço que produza ruídos.

Art. 34 - Os materiais destinados à execução de obras ou delas oriundos, poderão ocupar a largura do passeio, sendo este espaço delimitado por tapumes e garantindo-se a passagem segura de pedestres.

~~Parágrafo Único. Caso haja necessidade de ocupar toda a largura do passeio, para depósito dos materiais destinados a execução das obras, o proprietário e ou responsável técnico pela obra deverá(ão) adotar as~~

~~seguintes medidas no sentido de evitar prejuízos à segurança dos pedestres e incômodo para a vizinhança, pela queda de detritos, produção de poeira e ruído excessivos:~~

Parágrafo único - Caso haja necessidade de ocupar qualquer faixa da largura do passeio, para depósito dos materiais destinados à execução das obras, o proprietário e/ou responsável técnico pela obra deverá(ão) adotar as seguintes medidas no sentido de evitar prejuízos à segurança dos pedestres e incômodo para a vizinhança, pela queda de detritos, produção de poeira e ruído excessivos: (Redação dada pela Lei Complementar nº 75/2016)

- a) Construção de tapume delimitando o espaço destinado ao depósito de materiais;
- ~~b) Instalação de guarda corpo que delimite uma faixa extraordinária a pelo menos 1,50 m (um metro e meio) do meio fio, em toda a extensão que ocupar toda a largura do passeio, na Zona de estacionamento de veículos, devidamente sinalizada com garantia de visibilidade de pelo menos 10 (dez) metros, e que proporcione a máxima segurança aos pedestres;~~
- b) Instalação de rampa de desnível das calçadas e guarda-corpo assegurando-se a largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros) para circulação em toda a extensão que ocupar toda a largura do passeio, na Zona de estacionamento de veículos, devidamente sinalizada com garantia de visibilidade de pelo menos 10 (dez) metros, e que proporcione a máxima segurança aos pedestres; (Redação dada pela Lei Complementar nº 75/2016)
- c) O guarda corpo deverá possuir altura entre 0,80 a 0,92 m (oitenta a noventa e dois centímetros), com fita ou pintura listrada nas cores preto e amarelo e fixação de faixas refletivas para melhor visualização noturna;
- d) Será de responsabilidade do proprietário qualquer dano que possa ocasionar a outrem em virtude da ocupação do local.

Capítulo V DA EXPEDIÇÃO DO "HABITE-SE"

Art. 35 - Nenhuma edificação poderá ser ocupada sem que seja procedida a vistoria pela Municipalidade e expedido o respectivo "habite-se".

~~Parágrafo Único. Uma construção é considerada concluída quando tiver condições de habitabilidade ou de utilização.~~

§ 1º Uma construção é considerada concluída quando tiver condições de habitabilidade ou de utilização. (Parágrafo Único transformado em § 1º pela Lei nº 65/2013)

~~§ 2º Fica condicionada a expedição de "habite-se" da obra a devida construção e/ou reforma de passeio público, nas residências que possuam pavimentação betuminosa ou de bloco na via pública.~~

§ 2º Fica condicionada a expedição de "habite-se" da obra a devida construção e/ou reforma de passeio público, nas residências que possuam pavimentação betuminosa ou de bloco na via pública, exceto nas obras decorrentes dos programas de interesse social e Programa Minha Casa Minha Vida. (Redação dada pela Lei Complementar nº 75/2016)

§ 3º Nas edificações em que houve outorga onerosa do direito de construir, cujo valor for parcelado, fica condicionada a concessão de "habite-se" à adimplência do parcelamento na data de expedição. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 65/2013)

~~Art. 36 -~~ Após a conclusão das obras, deverá ser requerida vistoria ao órgão competente da Municipalidade.

~~Parágrafo Único. Juntamente com o pedido de vistoria, deverá o proprietário ou construtor apresentar a planilha de divisão de áreas para fins de averbação e convenção de condomínio, em caso de prédios comerciais e ou residenciais multifamiliares.~~

Art. 36 Após a conclusão da obra deverá ser requerida vistoria junto ao órgão competente da Municipalidade, através de requerimento acompanhado de:

I - cópia do RG e CPF do proprietário;

II - alvará das instalações de prevenção de incêndio do órgão competente, para os casos que for exigido, quando o imóvel tiver ocupação definida. Nos casos de construção sem a definição do uso, será concedido o habite-se apenas com o Protocolo do PPCI.

III - licenças de operação e/ou funcionamento expedidas pelo órgão ambiental competente, quando for o caso;

IV - matrícula atualizada do imóvel, nos casos em que o alvará para construção exceder o prazo de 36 meses.

V - pagamento da taxa para a liberação do Habite-se.

§ 1º Nos casos em que a obra não esteja de acordo com o projeto aprovado e/ou não atenda as exigências previstas neste Código, deverá ser agendada nova vistoria com o Setor Técnico do Município, sendo necessário o pagamento da taxa de vistoria, a partir da terceira vistoria a ser realizada, conforme Código Tributário Municipal.

§ 2º Nos casos de obras em condomínios residenciais, comerciais ou industriais, será exigida a apresentação da Convenção do condomínio. (Redação dada pela Lei Complementar nº 85/2019)

~~Art. 37 -~~ Por ocasião da vistoria, se for constatado que a edificação não foi construída, ampliada, reconstruída ou reformada de acordo com o projeto aprovado ou licenciamento concedido, o responsável técnico e ou o proprietário será(ão) autuado(s) de acordo com as disposições deste Código, devendo alterar o projeto, caso estas alterações possam ser aprovadas, ou fazer as modificações ou demolições necessárias para repor a obra em consonância com a legislação em vigor.

Art. 37 Por ocasião da vistoria, se for constatado que a edificação não foi construída, ampliada, reconstruída ou reformada de acordo com o projeto aprovado ou licenciamento concedido, o responsável técnico e/ou o proprietário será(ão) autuado(s) de acordo com as disposições da Lei Complementar 17/2006, devendo alterar o projeto, caso estas alterações possam ser aprovadas, ou fazer as modificações ou demolições necessárias para repor a obra em consonância com a legislação em vigor. (Redação dada pela Lei Complementar nº 85/2019)

Art. 38 - Após a vistoria, se for constatado que a obra obedeceu ao projeto aprovado e licenciamento concedido, a Municipalidade, mediante laudo de vistoria, fornecerá ao proprietário o "habite-se" no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data de protocolo do requerimento. O laudo de vistoria e a cópia do habite-se deverá ser arquivada pelo setor competente juntamente com a cópia do projeto aprovado e do licenciamento concedido.

Art. 39 - Poderá ser concedido o "habite-se" parcial nos seguintes casos:

I - Quando se tratar da edificação com uso misto e houver utilização independente das partes;

II - Quando se tratar de edificação constituída de unidades autônomas e ficarem assegurados o acesso e circulação aos pavimentos e economias;

III - Quando se tratar de edificações distintas construídas no interior de um mesmo lote.

Art. 40 - A numeração das edificações será estabelecida pelo Setor Técnico da Municipalidade, sendo obrigatória a fixação da mesma na edificação em local visível do logradouro.

TÍTULO II DAS NORMAS TÉCNICAS GENÉRICAS

Capítulo I DA PREPARAÇÃO DO TERRENO

Art. 41 - Na execução do preparo do terreno e escavação, serão obrigatórias as seguintes precauções:

I - Evitar que as terras ou outros materiais alcancem o passeio e o leito dos logradouros ou as redes de serviços públicos;

II - Destinar os materiais escavados a locais previamente determinados, sem causar prejuízos a terceiros, e evitando seu derramamento nas vias durante o transporte;

III - Adotar as providências que se façam necessárias para a estabilidade dos prédios limítrofes;

IV - Não obstruir córregos e canalizações nem deixar água estagnada nos terrenos vizinhos.

Art. 42 - Os proprietários dos terrenos ficam obrigados à fixação, estabilização ou sustentação das respectivas terras, por meio de obras e medidas de precaução contra erosões, desmoronamentos ou carregamento de materiais para propriedades vizinhas, logradouros ou redes de serviços públicos.

Art. 43 - Os movimentos de terras observarão o seguinte:

I - Os cortes e aterros não terão altura contínua superior a 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), em qualquer ponto, exceto quando comprovadamente necessários para a execução de:

- a) subsolos;
- b) embasamento com pavimento exclusivamente destinado a estacionamento ou guarda de veículos;
- c) obras de contenção indispensáveis à segurança ou à regularização de encostas.

II - Aos cortes, corresponderão patamares horizontais na proporção de 2/1 (dois de largura para cada um de altura);

III - Quando formarem talude com inclinação maior que a natural correspondente ao tipo de solo, deverão possuir escoramento ou obras de contenção de acordo com as Normas da ABNT;

IV - Quando formarem talude com inclinação menor ou igual ao natural correspondente ao tipo de solo,

poderá ser dispensado o escoramento, devendo possuir cobertura vegetal;

V - Quando as escavações tiverem profundidade superior a 2,00 m (dois metros), deverão dispor de escadas ou rampas para rápida saída dos trabalhadores em caso de emergência;

VI - Em nenhum caso os cortes e aterros ficarão em descoberto;

VII - Será obrigatória a execução de canaletas ou drenos na base dos cortes e nos limites dos patamares.

Art. 44 - Se após a conclusão dos cortes ou aterros a diferença de nível na divisa dos terrenos for superior a 1,20 m (um metro e vinte centímetros), serão exigidos muros de arrimo calculados de modo a evitar danos a propriedades vizinhas, logradouros ou redes de serviços públicos.

Art. 45 - A demarcação da obra será feita obedecendo o afastamento (recuo viário) previsto no Plano Diretor, o alinhamento e o nivelamento fornecidos pela Municipalidade, devendo ser observado o Zoneamento e o projeto aprovado.

Art. 46 - Nos terrenos permanentemente úmidos, pantanosos ou alagadiços, não será permitido edificar antes de executadas obras de escoamento, drenagem ou aterro.

Capítulo II DOS TAPUMES E ANDAIMES

Art. 47 - As construções na área central e as construções que ofereçam risco aos transeuntes deverão contar com tapumes de proteção.

Art. 48 - Os tapumes deverão atender às seguintes normas:

I - Possuir altura mínima de 2,00m (dois metros) e acabamento de boa qualidade;

II - Ser executados à prumo, em perfeitas condições, garantindo a segurança dos pedestres;

III - Ser totalmente vedados, permitindo-se portas e janelas de observação;

IV - Não prejudicar a arborização, a iluminação pública, a visibilidade das placas de nomenclatura, sinalização ou numeração e outros equipamentos de interesse público;

V - Garantir a visibilidade dos veículos, quando for construído em esquinas de logradouros;

VI - Observar as distâncias mínimas em relação à rede de energia elétrica, de acordo com as normas da ABNT e especificações da concessionária local.

VII - Os tapumes para obras novas deverão ser removidos quando do fim da vigência do Alvará de Licença para Construção ou quando da solicitação de vistoria para expedição do 'Habite-se, ficando a critério da fiscalização a notificação para retirada dos tapumes para reformas e obras que não exijam 'Habite-se'. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 75/2016)

Art. 49 - Nos prédios em construção e a serem construídos com três ou mais pavimentos, será obrigatória

a colocação de andaimes de proteção durante a execução da estrutura, alvenaria, pintura e revestimento externo, de acordo com as normas da ABNT.

Capítulo III DOS ELEMENTOS CONSTRUTIVOS

SEÇÃO I DAS FUNDAÇÕES E ESTRUTURA

Art. 50 - As fundações, qualquer que seja o seu tipo, deverão ficar inteiramente dentro dos limites do lote, não podendo avançar sobre o logradouro público ou lotes vizinhos.

~~Parágrafo Único. No caso de construções sobre fundações profundas, estas deverão guardar um afastamento mínimo de 0,50 m (cinquenta centímetros) das divisas do imóvel.~~(Revogado pela Lei Complementar nº 65/2013)

Art. 51 - A movimentação de materiais e equipamentos necessários à execução de uma estrutura será sempre feita, exclusivamente, dentro do espaço aéreo delimitado pelas divisas do lote, sem prejuízo do funcionamento normal da cidade.

SEÇÃO II DOS CORREDORES E CIRCULAÇÕES

Art. 52 - Os corredores, áreas de circulação e acessos deverão obedecer aos seguintes parâmetros:

~~I - Quando de uso privativo nas residências, escritórios, consultórios e congêneres, a largura será de 10% (dez por cento) do comprimento, com o mínimo de 0,90 m (noventa centímetros);~~

I - Quando de uso privativo nas residências, escritórios e congêneres, a largura será de no mínimo 90 cm (noventa centímetros) para circulação com comprimento de até 4m (quatro metros), 1m (um metro) com comprimento entre 4m (quatro metros) a 10m (dez metros), acrescentando-se 0,05m (cinco centímetros) para cada metro ou porção que exceder a 10m (dez metros). (Redação dada pela Lei Complementar nº 23/2008)

II - Quando de uso coletivo nas residências multifamiliares, edificações comerciais ou de serviços, a largura será de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) para até 10,00 m (dez metros) de extensão, acrescentando-se 0,05 m (cinco centímetros) para cada metro ou fração que exceder a 10,00 m (dez metros);

III - Quando em galerias e centros comerciais, a largura será de 1/8 (um oitavo) do comprimento, observado o mínimo de 3,00 m (três metros);

IV - Quando em locais de reunião em geral, a largura total deverá corresponder a 1,00 m (um metro) para cada 200 (duzentas) pessoas ou fração, respeitando o mínimo de 2,00 m (dois metros).

~~**Art. 53 -** O hall de acesso aos elevadores deverá ter largura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta~~

~~centímetros) quando se tratar de elevadores em linha, ou de 3,00 m (três metros) quando se tratar de elevadores situados frente a frente.~~

Art. 53 O hall de acesso aos elevadores deverá ter largura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros), quando se tratar de elevadores em linha, tratando-se de elevadores frente a frente, 2,00 m (dois metros) para pavimentos exclusivamente de uso residencial e 3,00 m (três metros) para pavimentos com uso comercial. (Redação dada pela Lei Complementar nº 85/2019)

§ 1º - Para cada elevador acima de 3 (três) deverá ser acrescentado 10% (dez por cento) as dimensões estabelecidas neste artigo.

§ 2º - Nas edificações multifamiliares, comerciais e de serviços sem elevador, o hall de acesso ao prédio não poderá ter largura inferior a da escada.

Art. 54 - As dimensões mínimas dos halls e circulações estabelecidas nesta seção, determinarão espaços livres e obrigatórios, nos quais não será permitida a existência de qualquer obstáculo de caráter permanente ou transitório.

SEÇÃO III DAS ESCADAS

Art. 55 - As escadas terão largura mínima de 0,90 m (noventa centímetros) e oferecerão passagem com altura livre não inferior a 2,10 m (dois metros e dez centímetros), salvo o disposto nos seguintes itens:

I - Nas edificações residenciais multifamiliares, comerciais ou de serviços as escadas de uso coletivo deverão ser calculadas na base de 1,00 m (um metro) para 500 (quinhentas pessoas), respeitada a largura de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) no mínimo, e nunca inferiores às portas e à 75% do exigido para os corredores e circulação;

II - Nas galerias e centros comerciais as escadas deverão ter largura de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros), no mínimo.

III - Nos locais de reunião de público e usos especiais as escadas deverão ter largura de 1,00 m (um metro), para cada 400 (quatrocentas) pessoas ou fração, respeitando o mínimo de 2,00 m (dois metros) e as normas específicas desta Lei;

IV - Nos estádios, as escadas das circulações dos diferentes níveis deverão ter largura de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) para cada 1.000 (mil) pessoas ou fração, e nunca inferior a 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros);

V - As escadas de uso privativo, dentro de uma unidade residencial, bem como as de uso nitidamente secundário e eventual, poderão ter sua largura reduzida para 0,60 m (sessenta centímetros).

Parágrafo Único. As escadas do tipo "marinheiro", circulares ou com trechos em leque só serão admitidas para acessos a torres, adegas, mezzaninos, casas de máquinas, lajes de cobertura ou entrespos de uma mesma economia.

Art. 56 - O dimensionamento dos degraus será feito de acordo com a fórmula $(2A + B) = (0,63 \text{ a } 0,64 \text{ m})$,

onde "A" é a altura ou espelho do degrau e "B" a profundidade ou piso do degrau, obedecendo aos seguintes limites:

- a) altura máxima = 0,18 m (dezoito centímetros);
- b) profundidade mínima = 0,25 m (vinte e cinco centímetros);

Parágrafo Único. Dimensões diferentes só serão admitidas nas escadas de acessos a torres, adegas, mezzaninos, casas de máquinas, lajes de cobertura ou entrepisos de uma mesma economia.

Art. 57 - Nas escadas de uso coletivo, sempre que o número de degraus consecutivos exceder a 18 (dezoito), será obrigatório intercalar um patamar com extensão mínima igual a 1,00 m (um metro) e largura igual a largura da escada.

Art. 58 - Nas escadas circulares ou com trechos em leque, o raio livre mínimo será igual à largura das escadas retilíneas para o mesmo tipo de uso ou edificação.

Art. 59 - As escadas de uso coletivo deverão ter pisos anti-derrapantes, corrimãos e ou guarda corpo conforme exigido pelas Normas da ABNT.

Art. 60 - A existência de elevador numa edificação não dispensará a construção de escadas.

Art. 61 - Nenhuma porta poderá abrir de forma a obstruir o movimento nos patamares intermediários, iniciais ou finais de uma escada.

SEÇÃO IV DAS RAMPAS

Art. 62 - A utilização de rampas será obrigatória nas edificações em que se exija acesso para deficientes físicos.

Art. 63 - As rampas deverão ter, no mínimo, 1,20 m (um metro e vinte centímetros) de largura, 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros) de pé direito, inclinação máxima de 10% (dez por cento), piso antiderrapante e corrimãos de proteção situados entre 0,80 a 0,92 m (oitenta a noventa e dois centímetros) acima do nível do piso e afastados das paredes 0,05 m (cinco centímetros).

Art. 64 - No início e final das rampas deverá haver patamares, no mínimo, do comprimento e largura igual à da rampa.

Art. 65 - Toda rampa retilínea necessitará de um patamar intermediário sempre que houver mudança de direção ou vencer extensão horizontal superior a 9,00 m (nove metros).

Art. 66 - Nenhuma porta poderá abrir de forma a obstruir o movimento nos patamares intermediários, iniciais ou finais de uma rampa.

Art. 67 - Quando as rampas forem utilizadas em substituição de escadas assumirão as larguras mínimas daquelas.

Art. 68 - As rampas destinadas exclusivamente ao tráfego de veículos, deverão obedecer as seguintes condições:

I - Ter largura mínima de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros), quando construída em linha reta; quando em curva, o raio não poderá ser menor que 6,00 m (seis metros) no eixo;

II - Quando em curva, ter inclinação máxima de 10º (dez graus);

III - Quando em reta, ter inclinação máxima de 15º (quinze graus) ressalvado o caso de acesso a apenas um pavimento, com desnível máximo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros), quando será tolerada a inclinação de até 20º (vinte graus).

Art. 69 - A inclinação das rampas, destinadas ao acesso de veículos exclusivamente a uma edificação unifamiliar particular, ficará a critério do responsável técnico e ou do proprietário do imóvel.

SEÇÃO V DOS ELEVADORES

Art. 70 - Qualquer edificação com mais de 4 (quatro) pavimentos ou altura superior a 12 (doze) metros, deverá ser provida de elevadores.

§ 1º - Para os efeitos deste artigo, o pavimento aberto em pilotis, as sobre- lojas e os pavimentos utilizados como garagem, acima do nível do logradouro, serão considerados como pavimentos.

§ 2º - Existindo apenas um pavimento de subsolo, ou seja, construído abaixo do nível do logradouro ou do nível principal de acesso, o mesmo não será considerado como pavimento para os efeitos deste artigo.

Art. 71 - O número mínimo de elevadores obedecerá ao disposto nas normas da ABNT.

§ 1º - Nas edificações com três ou mais pavimentos em subsolo, será obrigatória a instalação de no mínimo um elevador para servi-los.

§ 2º - Nos hospitais ou asilos com mais de um pavimento, será obrigatória a instalação de no mínimo um elevador com capacidade para transportar uma maca.

~~§ 3º - Os hotéis com 4 (quatro) ou mais pavimentos possuirão pelo menos dois elevadores.~~(Revogado pela Lei nº 65/2013)

§ 4º - Nas edificações com bares, restaurantes, supermercados ou congêneres, acima do pavimento de acesso, será obrigatória a instalação de monta-cargas ou elevador de serviço.

Art. 72 - Em qualquer dos casos de obrigatoriedade de instalação de elevadores ou monta-cargas, deverá ser satisfeito o cálculo da capacidade de carga, o intervalo de tráfego, o dimensionamento das cabines, das casas de máquinas e dos poços, na forma prevista pelas normas da ABNT.

SEÇÃO VI DA INSTALAÇÃO DE HIDRANTES

Art. 73 - Os hidrantes a serem instalados nas vias do Município deverão observar os seguintes

requisitos:

I - se constituírem em hidrantes de coluna;

II - deverão ser instalados no passeio público, acima do nível do mesmo;

III - possuírem sinalização de fácil visualização com placas de proibido parar e estacionar.

Art. 74 - A concessionária local deverá adequar as instalações dos hidrantes existentes aos requisitos definidos por esta Lei, em prazo a ser definido pelo executivo.

SEÇÃO VII DAS PISCINAS E RESERVATÓRIO DE ÁGUA

Art. 75 - Os reservatórios de água deverão obedecer aos seguintes requisitos:

I - vedação total de forma a evitar a contaminação da água por substâncias ou vetores nocivo à saúde.

II - possuir tampa removível;

Art. 76 - A instalação de cisternas depende do cumprimento dos seguintes requisitos:

I - ter capacidade mínima de 10,0 l/m² (dez litros por metro quadrado) de área impermeabilizada;

II - laudo técnico, emitido por profissional legalmente habilitado, atestando a funcionalidade do sistema;

III - atendimento as exigências técnicas;

IV - adoção de sistema que impeça a entrada de insetos ou animais.

Parágrafo Único. O sistema deve possibilitar a utilização diária da água.

Art. 77 - Os proprietários de imóveis prediais existentes no território do Município são obrigados a separar totalmente o esgoto pluvial do esgoto cloacal, exceto naquelas edificações já construídas, onde ficar demonstrado tecnicamente, pelo proprietário e ou responsável técnico, a impossibilidade de separação.

Parágrafo Único. É obrigatório constar nos novos projetos hidro-sanitários das edificações a separação do esgoto cloacal do pluvial, devendo ainda seguir as demais disposições desta Lei.

SEÇÃO VIII DO TRATAMENTO DE EFLUENTES

~~**Art. 78 -** Todas as edificações servidas ou não pela rede pública de esgotos sanitários deverá possuir sistema de tratamento de esgoto, individual ou coletivo próprio através da instalação de fossa séptica, projetado por profissional habilitado, dimensionados de acordo com o número de usuários e à finalidade a que se destina, exceto as atividades industriais, que necessitam de licença ambiental específica para~~

~~tratamento de efluentes.~~

~~Parágrafo Único. Nas edificações que não forem servidas pela rede pública de esgoto sanitário, além da fossa séptica será exigida a instalação de filtro anaeróbico ou sumidouro, sempre projetado por profissional habilitado.~~

Art. 78 Todas as edificações servidas pela rede pública de esgotos pluvial ou cloacal deverá possuir sistema de tratamento de esgoto, individual ou coletivo próprio através da instalação de fossa séptica e filtro anaeróbio, projetado por profissional habilitado, dimensionados de acordo com o número de usuários e à finalidade a que se destina, exceto as atividades industriais, que necessitam de licença ambiental específica para tratamento de efluentes.

Parágrafo Único. Nas edificações que não forem servidas pela rede pública de esgoto pluvial ou cloacal, além da fossa séptica será exigida a instalação de filtro anaeróbico e sumidouro, sempre projetado por profissional habilitado. (Redação dada pela Lei Complementar nº 65/2013)

Art. 79 - Em todas as edificações deverá ser exigido projeto detalhado do tratamento dos efluentes.

Parágrafo Único. Para residências com ocupação até cinco habitantes o Poder Executivo elaborará projeto padrão.

~~**Art. 80 -** Para edificações já construídas, o prazo para instalação ou adequação do sistema de tratamento de que trata esta seção, será definido por Decreto do Poder Executivo Municipal, bairro por bairro, devendo o Decreto ser editado no máximo 180 (cento e oitenta) dias, a partir da publicação desta Lei.~~

~~§ 1º - As edificações que vierem a ser construídas após a publicação desta Lei ficam sujeitas ao cumprimento imediato da obrigação prevista no artigo 78.~~

~~§ 2º - Somente será concedido "HABITE-SE" pelos órgãos competentes à edificação, depois de comprovado "in loco" a instalação e funcionamento dos equipamentos previstos nesta seção quanto ao tratamento de efluentes.~~

~~§ 3º - Não cumpridos os prazos fixados para instalação da fossa séptica e filtro anaeróbico ou sumidouro, a Municipalidade poderá, a seu critério, optar por realizar o serviço, cobrando os custos do proprietário ou possuidor acrescido de 20% a título de administração ou exigir a sua realização do proprietário ou possuidor.~~

~~§ 4º - A opção de que trata o parágrafo anterior deve ser regulamentada por Decreto do Executivo, onde deverão constar as regras para utilização de uma ou de outra opção, a fim de que seja assegurado o cumprimento do princípio da impessoalidade.~~

Art. 80 Nas edificações já existentes na data da publicação da presente revisão desta lei, serão exigidos o disposto nos artigos 78 e 79, desta lei, quando da execução de reforma, ampliação ou modificação que envolvam obras no sistema sanitário.

Parágrafo Único. Somente será concedido "HABITE-SE" pelos órgãos competentes à edificação, depois de comprovado "in loco" a instalação e funcionamento dos equipamentos previstos nesta seção quanto ao tratamento de efluentes. (Redação dada pela Lei Complementar nº 65/2013)

~~**Art. 81 -** A verificação da instalação da fossa séptica, sumidouro e ou filtro anaeróbico será efetuada~~

~~"in loco".~~

Art. 81 A verificação da instalação da fossa séptica, filtro anaeróbio e/ou sumidouro será efetuada "in loco". (Redação dada pela Lei Complementar nº 65/2013)

Art. 82 - Os sistemas a que se referem os artigos anteriores poderão ser construídos sob o passeio público, desde que fique garantido aos transeuntes a segurança da obra ou do sistema, responsabilizando-se o proprietário do imóvel pela sua manutenção e por eventuais danos causados aos transeuntes.

Parágrafo Único. O proprietário do imóvel é responsável pela limpeza e manutenção da fossa séptica, devendo limpar suas instalações pelo menos uma vez por ano, ficando responsável pela destinação adequada dos resíduos dela retirados.

Art. 83 - O serviço de coleta e destinação dos resíduos retirados das fossas sépticas deverá ser licenciado pelo Poder Público Municipal, exigindo-se da empresa coletora a apresentação de local apropriado para tanto.

Parágrafo Único. Enquanto não houver empresa licenciada para coleta e destinação dos resíduos de que trata este artigo, o Poder Público deverá disponibilizar local para destinação dos resíduos, ficando o proprietário responsável pela coleta e envio do resíduo ao mesmo.

Art. 84 - É vedada a ligação dos efluentes de esgoto pluvial na rede pública de esgoto cloacal.

Parágrafo Único. Todas as edificações existentes no Município deverão possuir sistema de tratamento de efluentes através da instalação de fossa séptica e filtro anaeróbio, exceto as atividades industriais, que necessitam de licença ambiental específica para tratamento dos efluentes, bem como as vias públicas que a concessionária/terceirizada implantar separador absoluto com sistema de tratamento, quando será dispensado o cumprimento da presente seção. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 65/2013)

SEÇÃO IX DAS COBERTURAS E BEIRAIS

Art. 85 - As águas pluviais provenientes das coberturas e dos aparelhos de ar condicionado serão esgotadas através de calhas e condutores dentro dos limites do lote, não sendo permitido o deságüe em lotes vizinhos ou sobre os passeios públicos.

Parágrafo Único. Nas edificações construídas no alinhamento dos logradouros ou nas divisas com lotes vizinhos as águas pluviais provenientes da cobertura serão canalizadas e encaminhadas à sarjeta, sob o passeio.

SEÇÃO X DAS MARQUISES

Art. 86 - A construção de marquises na fachada das edificações obedecerá as seguintes condições:

I - Ser sempre em balanço;

II - Ser a face externa do balanço afastada da prumada do meio-fio, no mínimo de 0,50 m (cinquenta centímetros), respeitadas as distâncias exigidas em relação às redes de energia elétrica;

III - Ter altura livre mínima de 2,70 m (dois metros e setenta centímetros) acima do nível do passeio, podendo a Municipalidade indicar a cota adequada, em função das marquises existentes na mesma face da quadra;

IV - Não prejudicar a arborização e iluminação pública, bem como não ocultar placas de nomenclatura, sinalização ou numeração, observando a distância mínima, exigida pela concessionária local, dos condutores de energia elétrica.

Art. 86-A Compete aos proprietários dos prédios a manutenção das marquises projetadas sobre vias públicas.

§ 1º O responsável pelo prédio, na pessoa do síndico ou proprietário, deverá apresentar à Administração Municipal laudo de estabilidade estrutural da marquise projetada sobre via pública.

§ 2º O laudo de estabilidade estrutural deverá indicar as condições em que se encontra a marquise, especialmente no que concerne à existência de fissuras, manchas, deformações, infiltração de água, defeitos de impermeabilização, cargas adicionais, ou qualquer outra anomalia e recomendar as medidas necessárias à sua perfeita manutenção e conservação.

§ 3º O laudo deverá conter os seguintes dados relativos ao proprietário do imóvel ou seu representante:

I - nome, telefone, nacionalidade, estado civil, profissão, CPF, número de Carteira de Identidade com órgão emitente, quando se tratar de pessoa física;

II - razão social, endereço, telefone e CNPJ, quando se tratar de pessoa jurídica.

§ 4º O laudo relativo às marquises com mais de 5 (cinco) anos de construção deverá ser renovado a cada período de 5 (cinco) anos, elaborado por profissional legalmente habilitado, com apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

§ 5º A existência de qualquer uma das anomalias referidas no caput deste artigo implicará na obrigatoriedade da realização de prova de carga.

§ 6º As medidas preconizadas no laudo para conservação da marquise, deverão ser executadas no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da apresentação do mesmo, devendo o proprietário providenciar o imediato escoramento da marquise se o laudo identificar risco de desabamento.

§ 7º Quando o laudo recomendar a demolição da marquise, o proprietário do imóvel, ou seu representante legal, deverá requerer licença para execução da medida, acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, do profissional responsável e providenciar a interdição imediata da área, mediante tapumes e escoramentos adequados.

§ 8º O não cumprimento das disposições deste artigo implicará na aplicação de multa no valor de 100 (cem) VRMs e interdição do prédio. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 65/2013)

SEÇÃO XI
DAS SACADAS, VARANDAS E BALANÇOS

Art. 87 - As sacadas, varandas, floreiras e balanços serão permitidas sobre os afastamentos obrigatórios nas seguintes condições:

Parágrafo Único. As disposições contidas no artigo 86-A, poderão ser exigidas pela Administração, mediante verificação das condições das sacadas, varandas e balanços construídos sobre vias públicas, sempre que entender necessário, devendo essa verificação ser feita por servidor da Prefeitura Municipal habilitado tecnicamente para o ato. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 65/2013)

~~I - Avançar no máximo 1/3 (um terço) do afastamento obrigatório;~~

I - Avançar no máximo 1/3 (um terço) do afastamento obrigatório, em divisas laterais e dos fundos; (Redação dada pela Lei Complementar nº 75/2016)

~~II - Ter no máximo de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) de projeção sobre o afastamento obrigatório, possibilitado o avanço sobre o passeio público na forma prevista no Plano Diretor;~~

II - Ter projeção máxima sobre o passeio público na proporção de no máximo 1/3 do passeio instituído; (Redação dada pela Lei Complementar nº 75/2016)

~~III - Situar-se no mínimo a 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) acima do nível do passeio ou do nível natural do terreno.~~

III - Situar-se no mínimo a 2,70 m (dois metros e setenta centímetros) acima do nível do passeio ou do nível natural do terreno. (Redação dada pela Lei Complementar nº 75/2016)

~~IV - Não prejudicar a arborização e a iluminação pública, bem como não ocultar placas de nomenclatura, sinalização ou numeração, observando a distância mínima, exigida pela concessionária local, dos condutores de energia elétrica.~~

~~IV - Não prejudicar a arborização e a iluminação pública, bem como não ocultar placas de nomenclatura, sinalização ou numeração, observando a distância mínima, exigida pela concessionária local, dos condutores de energia elétrica; (Redação dada pela Lei Complementar nº 75/2016) (Revogado pela Lei Complementar nº 85/2019)~~

~~V - Nos terraços que ocupam área até a divisa deverá ser levantado um muro de no mínimo 2,00 m (dois metros) de altura, respeitando também o § 1º do Art. 107 desta Lei; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 75/2016)~~

V - É vedada a projeção de área edificada como corpo avançado da edificação sobre o passeio público, exceto para pavimentos superiores destinados exclusivamente para garagem, que poderão ter projeção máxima de 1/3 sobre o passeio instituído. (Redação dada pela Lei Complementar nº 85/2019)

VI - É vedada a projeção de área edificada como o corpo avançado sobre o passeio público. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 75/2016)

SEÇÃO XII
DOS MUROS E PASSEIOS

~~Art. 88 - As testadas dos terrenos baldios, nas áreas com infra-estrutura, deverão ser vedadas com muros, cercas ou grades com altura mínima de 1,00 m (um metro).~~

Art. 88 As testadas dos terrenos baldios, nas áreas com infraestrutura, deverão ser fechadas com muros ou grades com altura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros), vedada a utilização de fios de arame como elemento principal do fechamento da testada. (Redação dada pela Lei Complementar nº 85/2019)

Parágrafo Único. Entende-se como infra-estrutura para efeito deste artigo os terrenos com testada para vias com pavimentação da rua e meio-fio.

Art. 89 - Todo terreno, edificado ou não, localizado em ruas pavimentadas e com meio-fio, deverá ter passeio executado pelo proprietário, que atenda às seguintes condições:

I - Ser executado com material antiderrapante e devidamente conservado;

~~II - Ter declividade transversal máxima de 3% (três por cento);~~

II - Ter declividade transversal máxima de 8% (oito por cento). (Redação dada pela Lei Complementar nº 65/2013)

III - Ter declividade longitudinal acompanhando o perfil da pista de rolamento, não podendo possuir degraus em ruas com declividade inferior a 15% (quinze por cento);

IV - Possuir arborização com espécies indicados pela Municipalidade, observados os requisitos previstos na legislação ambiental;

~~V - Ter assegurado o livre trânsito de pedestres e deficientes físicos, sendo vedada a colocação de qualquer equipamento ou obstáculo que o impeça, excetuando arborização e equipamentos públicos.~~

~~V - Ter assegurado o livre trânsito de pedestres e deficientes físicos, sendo vedada a colocação de qualquer equipamento ou obstáculo que o impeça, excetuando arborização, ajardinamento e equipamentos públicos, observando a largura mínima de 1,80m (um metro e oitenta centímetros) de passeio. (Redação dada pela Lei Complementar nº 65/2013)~~

V - Ter assegurado o livre trânsito de pedestres e portadores de necessidades especiais de locomoção, sendo vedadas quaisquer alterações de desnível (construção de rampa, rebaixo ou meio de acesso) no passeio; (Redação dada pela Lei Complementar nº 75/2016)

VI - Serão permitidas calçadas com áreas permeáveis ou áreas verdes (gramado, arbustos até trinta centímetros de altura e arborização conforme Tabela do Anexo III da Lei Municipal nº 5.899/2006), nos passeios das vias públicas com largura igual ou superior a 2,00 (dois) metros exceto nas avenidas Afonso Pena, Benjamin Constant e Presidente Vargas e nas quadras centrais compreendidas entre as ruas Demétrio Dias de Moraes, Avenida Circular e Avenida Presidente Vargas, respeitando o croqui constante no Anexo I. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 75/2016)

VII - A altura ideal dos meios-fios das vias dentro do perímetro urbano é de 12 (doze) centímetros, salvo quando for planejamento da municipalidade executar reforma do pavimento da via. Excetuam-se as

entradas de rampas de acessibilidade e veículos (garagens). (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 75/2016)

Art. 90 - A fixação de cacos de vidro sobre os muros somente será permitida quando a altura for superior a 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros).

Art. 91 - A instalação de cercas elétricas sobre muros somente será permitida após prévio licenciamento, sendo que deverá observar os requisitos apontados a seguir.

~~§ 1º - O pedido de licenciamento deverá estar acompanhado de ART emitida por profissional devidamente habilitado junto ao CREA.~~

§ 1º O pedido de licenciamento deverá estar acompanhado de ART ou RRT emitida por profissional devidamente habilitado junto ao Conselho competente. (Redação dada pela Lei Complementar nº 65/2013)

§ 2º - Os proprietários de terrenos que já tiverem instalado cerca elétrica em seus muros, terão o prazo de sessenta dias, contados da notificação para enquadrar-se as seguintes exigências, sob pena de aplicação de multa:

I - Instalação a uma altura mínima de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros) do primeiro fio de arame energizado em relação ao nível do solo da parte externa da calçada do imóvel cercado, sempre que a cerca for instalada na parte superior de muros, grades, telas ou outras estruturas similares;

II - O equipamento instalado deverá prover choque pulsativo em corrente contínua adequado a uma amperagem que não seja mortal, dentro dos seguintes limites:

- a) tensão: 8mil volts
- b) corrente: 2 mili/amperes;
- c) energia de pulso: no máximo 5,0 joules;
- d) duração do pulso: 0,4mili/segundos;
- e) intervalo de pulso: 1,25 segundos.

III - Deverá haver placas de identificação em lugar visível, inclusive com símbolos que possibilitem o entendimento por pessoas analfabetas, contendo informações que alertem sobre o perigo iminente;

IV - O equipamento deverá sofrer manutenção a cada 24 meses.

Art. 92 - Sempre que a cerca energizada for instalada em linhas divisórias de imóveis, deverá haver concordância explícita dos proprietários dos imóveis lindeiros com relação a referida instalação.

Parágrafo Único. Na hipótese de haver recusa por parte dos proprietários dos imóveis lindeiros, na instalação do sistema de cerca energizada em linha divisória, a referida cerca só poderá ser instalada com um ângulo máximo de 45 graus de inclinação para dentro do imóvel beneficiado.

Art. 93 - A colocação de materiais pontiagudos na extremidade superior das cercas deverá observar a altura mínima de um metro e setenta centímetros de altura.

Art. 94 - A altura a que se referem os artigos constantes nesta seção será considerada a partir do nível do passeio público ou do nível do terreno dos imóveis vizinhos, de acordo com o local da instalação.

Capítulo IV
DAS DIMENSÕES DOS COMPARTIMENTOS

SEÇÃO I
DA CLASSIFICAÇÃO DOS COMPARTIMENTOS

Art. 95 - Os compartimentos das edificações, conforme a sua utilização pelos seres humanos, classificam-se em:

I - de permanência prolongada;

II - de permanência transitória;

III - especiais;

IV - sem permanência.

Art. 96 - São considerados como compartimentos de permanência prolongada:

I - dormitórios, quartos e salas em geral;

II - lojas e sobrelojas;

III - salas para comércio, escritórios, consultórios e atividades profissionais;

IV - salas de aula, estudo e leitura;

V - enfermarias e ambulatórios;

VI - salas de refeições;

VII - locais de reunião e salões de festas;

VIII - locais para oficinas e indústrias.

Art. 97 - São considerados como compartimentos de utilização transitória:

I - copas e cozinhas;

II - halls de entrada e de elevadores;

III - corredores, circulações e rampas;

IV - banheiros, lavabos e vestiários;

V - lavanderias e áreas de serviço;

VI - garagens privadas.

Art. 98 - Compartimentos especiais são aqueles que, embora possuam utilização prolongada, apresentam características e condições especiais de iluminação e ventilação por serem locais de reunião de público, sendo os valores mínimos de suas áreas, alturas, diâmetros e largura de portas definidos conforme Normas específicas.

Art. 99 - Compartimentos sem permanência são aqueles destinados a instalações ou equipamentos sem presença humana, como as casas de máquinas, reservatórios, poços de ventilação, depósitos de lixo, despensas, porões e sótãos.

Art. 100 - Compartimentos para outras destinações ou denominações não indicadas nesta Seção serão classificados por similaridade.

SEÇÃO II

DAS DIMENSÕES DOS COMPARTIMENTOS DE PERMANÊNCIA PROLONGADA

Art. 101 - Os compartimentos de permanência prolongada terão altura mínima do pé direito igual a 2,60 m (dois metros e sessenta centímetros).

Parágrafo Único. Nos sótãos das edificações residenciais a altura mínima será calculada no ponto médio dos forros inclinados.

~~**Art. 102 -** Nos usos não residenciais, o pé direito mínimo dos compartimentos com mais de 50,00 m² (cinquenta metros quadrados), variará na forma abaixo:~~

Área do Compartimento.....	Altura (m)
a) de 50 m² até 100 m².....	3,00
b) de 100 m² até 250 m².....	3,50
c) de 250 m² até 500 m².....	4,00
d) de 500 m² até 1.000 m².....	4,50
e) acima de 1.000 m².....	5,00

~~Parágrafo Único. Nos usos não residenciais com área inferior a 50,00 m² (cinquenta metros quadrados) o pé direito mínimo deverá ser de 2,60 m (dois metros e sessenta centímetros). (Vetado pela Lei Complementar nº 65/2013)~~

SEÇÃO III

DAS DIMENSÕES DOS COMPARTIMENTOS DE PERMANÊNCIA TRANSITÓRIA

Art. 103 - Os compartimentos de permanência transitória e sem permanência terão altura mínima do pé direito igual a 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros).

SEÇÃO IV

DOS VÃOS DE ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO

Art. 104 - Todo e qualquer compartimento deverá ter comunicação com o exterior, através de vãos ou de dutos pelos quais se fará a iluminação e ventilação, ou só a ventilação dos mesmos.

Art. 105 - Os compartimentos de permanência prolongada, com exceção daqueles citados no artigo que se segue, serão obrigatoriamente iluminados e ventilados através de vãos abrindo diretamente para o exterior.

Art. 106 - Só poderá comunicar-se com o exterior, através de dutos de ventilação, verticais ou horizontais:

I - Os compartimentos especiais, exceto estádios, ginásios, garagens comerciais, pavilhões de exposição e feiras;

II - Os compartimentos sem permanência;

III - Os compartimentos de permanência transitória, exceto as cozinhas, copas, áreas de serviço e garagens;

IV - Os bancos, lojas e sobrelojas;

V - As galerias e centros comerciais.

Parágrafo Único. Os compartimentos mencionados neste artigo deverão prever equipamentos mecânicos de renovação ou condicionamento de ar com capacidade suficiente para ventilação do respectivo compartimento sempre que os dutos verticais ou horizontais tiverem comprimento superior a 20,00 m (vinte metros) ou 4,00 m (quatro metros) respectivamente.

~~**Art. 107 -** Os vãos de iluminação e ventilação deverão ter um afastamento mínimo, tanto na divisa do lote quanto de parede externa edificada no mesmo lote, de acordo com as normas do Plano Diretor, não podendo em nenhum caso ser inferior a 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros).~~

Art. 107 Os vãos de iluminação e ventilação deverão ter um afastamento mínimo, tanto na divisa do lote quanto de parede externa edificada no mesmo lote, de acordo com as normas do Plano Diretor, não podendo em nenhum caso ser inferior a 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros). (Redação dada pela Lei Complementar nº 65/2013)

§ 1º Os vãos de iluminação e ventilação, quando perpendiculares à linha divisória, deverão ter no mínimo 0,75m (setenta e cinco centímetros) de distância da divisa.

§ 2º Em se tratando de vãos ou aberturas somente para iluminação, como os blocos de vidro, seja qual for a quantidade, altura e disposição, o vizinho poderá, a todo tempo, levantar sua edificação ou contramuro, ainda que lhes vede a claridade. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 65/2013)

Art. 108 - Quando os compartimentos forem iluminados e ventilados através de poços internos fechados ou semi-abertos junto às fachadas, estes deverão:

I - Ser visitáveis na base e abertos na extremidade superior;

II - Ter área mínima de 1/8 (um oitavo) da área do maior compartimento por ele ventilado, para o primeiro pavimento, com um acréscimo de 20% (vinte por cento) por pavimento.

Art. 109 - Nos centros comerciais e nas edificações de uso coletivo em geral, a iluminação e ventilação poderá ser feita através de praças ou pátios cobertos desde que estes atendam aos seguintes requisitos:

I - Permitir a inscrição de um círculo com diâmetro "D" dado pela fórmula:

$$D = \frac{H}{2} \text{ -----} > 15,00 \text{ m}$$

Onde: "H" é a maior altura das paredes que contornam o espaço interno, medida em metros;

II - Ser coberto com material transparente ou translúcido;

III - Possibilitar ventilação permanente;

IV - Possuir vão livre e sem obstáculos;

V - Ter seu uso destinado à circulação, lazer ou ajardinamento.

Capítulo V DAS INSTALAÇÕES PREDIAIS

Art. 110 - Nas edificações construídas nas divisas e ou alinhamento dos lotes, as águas pluviais serão captadas por calhas e condutores até o nível do solo e quando encaminhadas à rede pública ou sarjeta, canalizadas sob o passeio.

Art. 111 - Quando, em edificações construídas no alinhamento do logradouro, a instalação dos aparelhos de ar condicionado deverá ficar no mínimo a 2,20 m (dois metros e vinte centímetros), acima do nível do passeio, devendo ser prevista tubulação para recolhimento das águas condensadas, as quais deverão ser conduzidas sob o passeio.

Art. 112 - Os portões elevadiços de acesso as garagens e similares, instalados no alinhamento do terreno junto ao passeio público deverão preferencialmente abrir para dentro e proporcionar altura livre mínima de 2,00 m (dois metros), medidos a partir do passeio.

~~**Art. 112 -** Os portões de abrir (pivotantes) em residências, garagens e similares, instalados junto ao passeio público deverão abrir para dentro a fim de não obstruir o passeio público.~~

Art. 113 Os portões de abrir em residências, garagens e similares, instalados junto ao passeio público deverão abrir para dentro a fim de não obstruir o passeio público. (Redação dada pela Lei Complementar nº 65/2013)

~~**Art. 114 -** Toda edificação com área superior a 300,00 m² (trezentos metros quadrados) com exceção das residências isoladas e geminadas, deverá ter depósito central coletor de lixo, situado no pavimento de acesso.~~

~~§ 1º Toda edificação com 3 (três) ou mais pavimentos, com exceção das residências isoladas e geminadas, deverá ter, além do depósito central coletor, depósito para coleta de lixo em cada pavimento.~~

Art. 114 Toda edificação com área superior a 300,00 m² (trezentos metros quadrados) e habitada por mais de 16 (dezesseis) pessoas, sendo o número de pessoas calculado através da NBR 9077, com exceção das

residências isoladas e geminadas, deverá ter depósito central coletor de lixo, situado no pavimento de acesso.

§ 1º Nas edificações de uso exclusivamente comercial ou industrial, a distribuição e dimensionamento dos depósitos coletores de lixo serão especificados em seu plano interno de gerenciamento de resíduos sólidos a ser aprovado pelo Poder Público. (Redação dada pela Lei Complementar nº 65/2013)

§ 2º - Não será permitida a construção de dutos para captação de lixo em edifícios de qualquer natureza.

~~Art. 115 - Os depósitos de lixo atenderão as seguintes especificações:~~

~~I - O depósito de coleta de lixo em cada pavimento, deverá impedir a emanção de odores, ter piso e paredes até 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) com revestimento liso, lavável e impermeável, ser protegido contra a penetração de animais e possuir fácil acesso para a retirada do lixo.~~

~~II - O depósito central coletor de lixo, deverá ser fechado e coberto, ter ventilação permanente, piso e paredes até 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) com revestimento liso, lavável e impermeável, possuir um ponto de água, ser protegido contra a entrada de animais e possuir área de 0,125 m² (cento e vinte e cinco decímetros quadrados), para cada 200,00 m² (duzentos metros quadrados) de área construída, não podendo ser inferior a 2,00 m² (dois metros quadrados);~~

Art. 115 Os depósitos de lixo deverão ter capacidade de armazenamento de resíduos na razão de 20 litros por pessoa, sendo o número de pessoas calculado através da NBR 9077.

I - O depósito deverá impedir a emanção de odores, ter ventilação permanente, ter piso e paredes revestidos com material liso, lavável e impermeável, ser protegido contra a penetração de animais e ser de fácil acesso para a retirada/coleta de lixo.

II - Deverá possuir ponto de água que possibilite sua higienização e ponto de coleta da água proveniente da sua limpeza. (Redação dada pela Lei Complementar nº 65/2013)

Capítulo VI

~~DA ACESSIBILIDADE AOS DEFICIENTES FÍSICOS~~

DA ACESSIBILIDADE AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS - P. N. E. (Redação dada pela Lei Complementar nº 65/2013)

~~Art. 116 - Em qualquer edificação pública ou de uso público deverá ser garantido o acesso aos deficientes físicos.~~

Art. 116 Em qualquer edificação pública ou de uso público e ou uso coletivo deverá ser garantido o acesso aos portadores de necessidades especiais. (Redação dada pela Lei Complementar nº 65/2013)

~~Art. 117 - Quando existir desnível entre o piso do pavimento térreo e o passeio, ou quando houver desníveis internos, será obrigatório a utilização de rampas para acesso e locomoção de deficientes físicos.~~

Parágrafo Único. Quando não houver rampas o acesso dos deficientes físicos a outros pavimentos deverá ser feito através de elevador com largura mínima de 1,40 m (um metro e quarenta centímetros).

Art. 117 Quando existir desnível entre o piso do pavimento térreo e o passeio, ou quando houver desníveis internos, será obrigatório a utilização de rampas para acesso e locomoção de portadores de necessidades especiais.

Parágrafo Único. Quando não houver rampas o acesso dos portadores de necessidades especiais a outros pavimentos deverá ser feito através de elevador com largura mínima de 1,40 m (um metro e quarenta centímetros). (Redação dada pela Lei Complementar nº 65/2013)

~~**Art. 118** Nas edificações citadas neste Capítulo, deverá haver pelo menos uma instalação sanitária para deficientes físicos, a qual deverá possuir dimensionamento que possibilite seu uso com cadeira de rodas.~~

Art. 118 Nas edificações citadas neste Capítulo, deverá haver pelo menos uma instalação sanitária para portadores de necessidades especiais, a qual deverá possuir dimensionamento que possibilite seu uso com cadeira de rodas.

Parágrafo Único. As exigências previstas no caput não se aplicam às edificações com menos de 150 m². (Redação dada pela Lei Complementar nº 65/2013)

~~**Art. 119** Nos cinemas, auditórios, templos, teatros, estádios, ginásios esportivos e congêneres deverão existir espaços para espectadores em cadeiras de rodas ao longo dos corredores, na proporção de 1% (um por cento) da lotação do estabelecimento.~~

Art. 119 Nos cinemas, auditórios, templos, teatros, estádios, ginásios esportivos e congêneres deverão existir espaços para espectadores em cadeiras de rodas, com mobilidade reduzida ou obesos, na proporção contida na NBR 9050 de 2004 ou normativa que a suceder. (Redação dada pela Lei Complementar nº 65/2013)

Art. 120 Os meios-fios e calçadas serão rebaixados na seguinte forma:

I - Nas esquinas, rebaixamento em rampa com largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros), executado na direção das faixas de pedestres;

II - Nos canteiros centrais, rebaixamento total do meio-fio na largura das faixas de pedestres, com largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros).

TÍTULO III DAS NORMAS TÉCNICAS ESPECÍFICAS

Capítulo I DA CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES

Art. 121 - Conforme utilização a que se destinam, as edificações classificam-se em:

I - Edificações para usos residenciais;

II - Edificações para locais de reunião de público;

III - Edificações para usos de saúde;

IV - Edificações para usos educacionais;

V - Edificações para usos comerciais e de serviços;

VI - Edificações para usos industriais.

Capítulo II

DAS EDIFICAÇÕES PARA USOS RESIDENCIAIS

Art. 122 - Segundo o tipo de utilização das unidades habitacionais, as edificações residenciais poderão ser classificadas em unifamiliares, multifamiliares e coletivas.

§ 1º - A edificação será considerada unifamiliar quando nela existir uma única unidade residencial.

§ 2º - A edificação será considerada multifamiliar quando na mesma edificação existirem duas ou mais unidades residenciais.

§ 3º - A edificação será considerada coletiva quando as atividades residenciais se desenvolverem em compartimentos de utilização coletiva, como nos quartéis, internatos, asilos e congêneres.

§ 4º - As casas geminadas e as unidades dos condomínios horizontais serão consideradas edificações unifamiliares.

Art. 123 - As edificações residenciais multifamiliares serão subdivididas em permanentes e transitórias conforme o tempo de utilização das unidades habitacionais.

§ 1º - Serão considerados permanentes os edifícios de apartamentos.

§ 2º - Serão considerados transitórios os hotéis, motéis, pensões e demais meios de hospedagem.

Art. 124 - Definem-se como habitações populares as edificações uni ou multifamiliares, de tipo simplificado destinadas às populações de baixa renda, com projeto e ou construção executados pelo Poder Público.

SEÇÃO I

DAS RESIDÊNCIAS ISOLADAS

Art. 125 - Nas residências isoladas e nas residências unifamiliares em geral, as edículas ou dependências de serviço poderão existir separadas da edificação principal quando:

I - Respeitarem as condições de ocupação estabelecidas pelo Código de Diretrizes Urbanísticas;

II - Fizerem, obrigatoriamente, parte integrante da edificação principal, não se constituindo em unidade residencial própria.

SEÇÃO II
DAS RESIDÊNCIAS DE MADEIRA

Art. 126 - Deverão observar as mesmas disposições do parágrafo anterior, e as demais disposições deste Código, do Plano Diretor e sula legislação complementar.

SEÇÃO III
DAS RESIDÊNCIAS GEMINADAS

Art. 127 - Será permitida, a construção de residências geminadas, desde que satisfaçam as seguintes condições:

I - A parede comum tenha espessura nominal de 0,20 m (vinte centímetros) e seja erguida até o ponto mais alto da cobertura garantindo segurança e estabilidade;

II - Seus diversos compartimentos atendam às condições específicas contidas neste Código;

III - A edificação atenda aos limites de ocupação definidos no Código de Diretrizes Urbanísticas.

Art. 128 - As propriedades das residências geminadas somente poderão vir a ser parceladas, quando cada unidade obedecer a área e testada mínimas, e aos demais limites de ocupação definidos em Lei.

SEÇÃO IV
DOS EDIFÍCIOS DE APARTAMENTOS

Art. 129 - Os edifícios de apartamentos possuirão sempre:

I - Número máximo de 50 (cinquenta) unidades residenciais por edificação;

II - Hall de entrada, com caixa receptora de correspondência, por economia, em local centralizado;

III - Compartimento para administração com área mínima de 6,00 m² (seis metros quadrados) e sanitário para funcionários, quando o prédio possuir mais de 2.500,00 m² (dois mil e quinhentos metros quadrados) de área construída;

IV - Locais internos para coleta e depósito do lixo domiciliar, na forma da legislação municipal;

V - Instalações preventivas contra incêndios;

VI - Garagem ou estacionamento de veículos, na proporção exigida pela legislação do Plano Diretor;

VII - Área de recreação, ao ar livre, proporcional ao número de compartimentos de permanência prolongada, de acordo com os seguintes requisitos, obrigatória às edificações com área acima de 2.500,00 m² (dois mil e quinhentos metros quadrados):

- a) Ter proporção mínima de 0,50 m² (meio metro quadrado) por compartimento de permanência prolongada, não podendo ser inferior a 12,00 m² (doze metros quadrados);
- b) Permitir a inscrição de uma circunferência com raio mínimo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros);

~~VIII - nas edificações que contenham mais de 350m² (trezentos e cinquenta metros quadrados) de área construída e nas edificações iguais ou superiores a 4 (quatro) pavimentos, deverão ser construídos sistemas de reutilização das águas servidas, ou captadas da chuva, para reutilização em vasos sanitários ou outras finalidades, desde que não para o consumo humano. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 56/2012)~~

VIII - nas edificações que contenham mais de 500 (quinhentos) metros de área de cobertura e/ou terraço e nas edificações iguais ou superiores a 8 (oito) pavimentos, deverão ser construídos sistemas de reutilização das águas captadas da chuva, para reutilização em quaisquer finalidades, desde que não para o consumo humano. (Redação dada pela Lei Complementar nº 65/2013)

Art. 130 - Serão admitidas as unidades residenciais do tipo "kitchenette" composta por sala, dormitório e cozinha em ambiente único com área mínima de 25,00 m² (vinte e cinco metros quadrados), mais banheiro.

Parágrafo Único. Caso o edifício não disponha de área de serviço e lavanderia coletiva, cada "kitchenette" deverá possuir ainda área de serviço com área mínima de 2,50 m² (dois metros e meio quadrados).

SEÇÃO V DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM

Art. 131 - Nas edificações destinadas a hotéis, motéis, pensões e congêneres, existirão sempre como partes comuns obrigatórias:

- I - Sala ou local de recepção com serviços de portaria;
- II - Unidades de hospedagem;
- III - Sala de estar de uso comum;
- IV - Lavanderia ou posto de recebimento e entrega de roupas;
- V - Cozinha e despensa;
- VI - Instalações sanitárias para pessoal de serviços independentes das destinadas aos hóspedes;
- VII - Instalações sanitárias em cada pavimento, constando no mínimo de vaso sanitário, chuveiro e lavatório, separadas por sexo, para cada 4 (quatro) quartos sem instalação privativa;
- VIII - Instalações preventivas contra incêndios;

Parágrafo Único. Os motéis serão dispensados de atender aos itens III e V.

Art. 132 - A adaptação de qualquer edificação para sua utilização como meio de hospedagem terá que atender integralmente às exigências deste Código e das demais Leis em vigor.

SEÇÃO VI DAS HABITAÇÕES POPULARES

Art. 133 - A Municipalidade poderá fornecer ou aprovar projetos-padrão de interesse social para habitações populares, com área máxima de 50,00 m² (cinquenta metros quadrados).

§ 1º - Será permitida a habitação popular do tipo celular, como etapa inicial para ampliação futura, composta no mínimo de sala/dormitório com 12,00 m² (doze metros quadrados) mais banheiro.

§ 2º - Serão incluídas nas habitações populares as residências de zelador ou caseiro.

Art. 134 - Considera-se de padrão popular as edificações que possuam pelo menos duas das características abaixo:

I - Desprovida de reboco em uma das faces da parede;

II - Que possuam esquadrias pré-fabricadas em ferro;

III - Sem revestimento de acabamento do piso;

IV - Paredes sem pintura ou com caiação;

V - Telhas em fibrocimento com espessura inferior a 5,00 mm (cinco milímetros);

VI - Estrutura pré-fabricadas para baixa renda.

Capítulo III DAS EDIFICAÇÕES PARA LOCAIS DE REUNIÃO DE PÚBLICO

Art. 135 - São considerados locais de reunião de público:

I - Esportivos: os estádios, ginásios, quadras para esportes, piscinas e congêneres;

II - Recreativos: as sedes sociais de clubes e associações, salões de bailes, restaurantes e congêneres com música ao vivo, boates e discotecas, boliches, salas de jogos, parques de diversões, circos e congêneres;

III - Culturais: os cinemas, teatros, auditórios, centros de convenções, museus, bibliotecas, salas públicas e congêneres;

IV - Religiosos: as igrejas, templos, salões de agremiações religiosas ou filosóficas e congêneres.

Art. 136 - Quando o escoamento de um local de reunião de público se der através de galerias,

corredores, escadas ou rampas, estas manterão uma largura constante até o alinhamento do logradouro, nunca inferior à soma das larguras das portas que para elas se abrirem.

§ 1º - As folhas das portas de saída dos locais de reunião abrirão sempre na direção do escoamento, não podendo abrir diretamente sobre o passeio dos logradouros.

§ 2º - Acima das portas de saída dos locais de reunião de público deverá haver inscrição "SAÍDA", sempre luminosa.

Art. 137 - As edificações para locais de reunião de público, além das disposições deste Código que lhes forem aplicáveis, deverão possuir:

I - Instalações preventivas contra incêndio;

II - Instalações sanitárias para o público separadas por sexo;

III - Estacionamento para veículos nas proporções exigidas pela legislação municipal;

IV - Pé-direito mínimo de 3m (três metros) para áreas de até 300,00 m² (trezentos metros quadrados), com acréscimo de 0,50 m (cinquenta centímetros) a cada 100m² (cem metros quadrados) adicionais.

Capítulo IV DAS EDIFICAÇÕES PARA USOS DE SAÚDE

Art. 138 - Consideram-se edificações para usos de saúde as destinadas à prestação de assistência médica, cirúrgica, hospitalar e social, com ou sem internamento de pacientes, podendo ser:

I - Hospitais;

II - Maternidades;

III - Clínicas, laboratórios de análises e pronto-socorros;

IV - Postos de saúde.

Art. 139 - As edificações para usos de saúde deverão obedecer, além das normas deste Código, às condições estabelecidas pelos Ministérios da Saúde e Previdência Social, observando ainda a legislação pertinente Federal, Estadual e Municipal.

Art. 140 - As edificações para usos de saúde, além das normas deste Código que lhes forem aplicáveis deverão ter:

I - Instalações preventivas contra incêndio;

II - Pisos e paredes internas com revestimentos laváveis e impermeáveis;

III - Quando com mais de um pavimento, possuir, além da escada, rampa ou elevador;

IV - Sistema próprio de tratamento de esgotos;

V - Instalações e equipamentos de coleta, remoção e destino final de lixo hospitalar, conforme exigências do Ministério da Saúde.

Capítulo V

DAS EDIFICAÇÕES PARA USOS EDUCACIONAIS

Art. 141 - As edificações para usos educacionais, além das exigências deste Código, que lhe forem aplicáveis, deverão ter:

I - Locais de recreação, com área mínima de 1 (uma) vez a soma das áreas das salas de aula;

II - Salas de aula dimensionadas na base de 1 m² (um metro quadrado) por aluno;

III - Instalações sanitárias separadas por sexo para os alunos.

Art. 142 - As edificações para usos educacionais, além das disposições deste Código, deverão atender ainda às normas do Ministério da Educação e Cultura, além das demais normas pertinentes Federais, Estaduais e Municipais.

Capítulo VI

DAS EDIFICAÇÕES PARA USOS COMERCIAIS E DE SERVIÇOS

Art. 143 - As edificações destinadas ao comércio e prestação de serviços, além das disposições deste Código que lhes forem aplicáveis, deverão ter:

I - Instalações preventivas contra incêndios;

II - Garagem ou estacionamento de veículos nas proporções exigidas pela legislação municipal.

Art. 144 - Os edifícios comerciais para escritórios deverão conter ainda:

I - Caixa receptora de correspondência por sala, em local visível, no compartimento de entrada.

~~II - Locais apropriados para coleta e depósito de lixo.~~

II - Locais apropriados para coleta e depósito de lixo, compatíveis com seu plano de gerenciamento de resíduos sólidos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 65/2013)

Art. 145 - Os mercados e supermercados, além das disposições deste Código que lhes forem aplicáveis, deverão possuir:

I - Entrada para veículos destinados à carga e descarga de mercadorias em pátio ou compartimento interno, independente do acesso ao público;

II - Compartimento para depósito de lixo com capacidade equivalente ao recolhimento de lixo de dois dias, localizado em área de serviço de fácil acesso aos veículos encarregados da coleta.

Art. 146 - Os ferros-velhos, enquadrados como Uso 31 - Industrial Tipo E, conforme disposições do Código de Diretrizes Urbanísticas do Plano Diretor, além das disposições deste Código que lhes forem aplicáveis, deverão:

I - Ter os muros de alvenaria ou tapume com 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) de altura no alinhamento do logradouro e ter a implantação de cortinamento vegetal nas demais divisas da área ocupada, para vedação física e visual;

II - Possuir equipamentos para tratamento e eliminação de poluentes obedecendo as legislações ambientais;

III - Possuir cortina vegetal, em todo seu entorno, preferencialmente por árvores perenes, implantada nos recuos das edificações, constituída por árvores de pequeno, médio e grande porte, plantadas de forma intercalada.

§ 1º - Os recuos das edificações em relação às divisas, citados no inciso terceiro deste artigo, deverão ser de pelo menos 6,00 m (seis metros).

§ 2º - Decreto Municipal disciplinará a quantidade, distância e as espécies que deverão ser implantadas no cortinamento vegetal.

Art. 147 - Os postos de abastecimento deverão respeitar os regulamentos de despejo industrial, as normas da FEPAM, do IBAMA, do INMETRO e as normas do Conselho Nacional de Petróleo.

Art. 148 - A instalação de dispositivos para abastecimento de combustíveis será permitida somente em postos de serviços, garagens comerciais e industriais, empresas de transporte e em entidades públicas.

Parágrafo Único. A municipalidade, através de seu órgão competente, poderá negar licença para a instalação de dispositivos para abastecimento de combustíveis em cruzamentos ou pontos considerados conflitantes para o funcionamento do sistema viário.

Art. 149 - As novas edificações destinadas a postos de abastecimento de combustíveis ainda deverão possuir:

I - Instalações preventivas contra incêndio;

II - Um raio mínimo de 200 m (duzentos metros) de distância de hospitais, escolas, clubes, igrejas e congêneres, medindo a partir das extremidades dos terrenos;

III - As bombas afastadas no mínimo 6,00 m (seis metros) do alinhamento dos logradouros, 7,00 m (sete metros) das divisas laterais e 12,00 m (doze metros) dos fundos do terreno;

IV - Os reservatórios subterrâneos, hermeticamente fechados, distando no mínimo 2,00 m (dois metros) de qualquer parede de edificação;

V - Muro de divisa com altura mínima de 1,80 m (um metro e oitenta centímetros);

VI - Rebaixamento do meio fio numa em extensões máximas de sete metros para o acesso de veículos, com intervalo de passeio público com comprimento mínimo igual a largura do passeio instituído na via;

VII - Nas esquinas não poderá haver rebaixamento do meio fio, devendo ser mantida uma faixa de no mínimo a largura do passeio público instituído na via em ambos os lados.

Art. 150 - Os postos de abastecimento de combustíveis atualmente existentes deverão observar o disposto nos incisos VI e VII do artigo anterior no que se refere ao rebaixamento do meio-fio.

§ 1º - No caso do caput deste artigo, em vez de construir passeio público poderá ser adotada a colocação de tachões de sinalização viária a cada 50 centímetros para delimitação do mesmo, com pintura de faixas reflexivas de largura não inferior a 30 centímetros na cor amarela em toda a extensão, de forma oblíqua.

§ 2º - Os tachões deverão possuir as seguintes características:

I - Terão dimensões equivalentes a 250mm x 160mm x 50mm (duzentos e cinquenta milímetros de comprimento por cento e sessenta milímetros de largura por cinquenta milímetros de altura);

II - Da cor amarelo âmbar;

III - Com reflexivo nas dimensões de 125mm x 24mm (cento e vinte e cinco por vinte e quatro milímetros);

IV - Serem fixados por meio de dois pinos de ferro com diâmetro equivalente a 3/8" x 2" (três oitavos de polegada por duas polegadas).

Art. 151 - Os croquis com a demonstração gráfica das disposições dos artigos 149 e 150 fazem parte do Anexo I deste Código.

Art. 152 - Os postos de serviços de lavagem e lubrificação de veículos, assim como oficinas ou instalações industriais que manipulem graxas, óleos ou combustíveis, deverão instalar caixa separadora de óleo e lama, antes do escoamento final para a rede coletora.

Parágrafo Único. Ficam dispensados da obrigação de que trata o caput deste

Art, os estabelecimentos que adotem máquinas de aspirar óleo com armazenagem do produto, que efetuem serviços de lavagem de veículos.

Capítulo VII DAS EDIFICAÇÕES PARA INDÚSTRIAS

Art. 153 - As edificações destinadas ao uso industrial deverão ter sistema de tratamento especial para os efluentes líquidos e gasosos, quando os mesmos apresentarem características físico-químicas, biológicas ou bacteriológicas agressivas ao meio ambiente. Neste caso, as indústrias são obrigadas a esgotarem seus efluentes líquidos e ou gasosos dentro dos padrões exigidos pela legislação municipal, estadual e federal vigente.

§ 1º - O tratamento de efluentes industriais mencionado neste artigo deverá estar instalado antes das indústrias começarem a operar e poderá ser comum a mais de uma indústria.

§ 2º - As indústrias que já estiverem em operação deverão adequar-se no prazo de 12 (doze) meses às

disposições deste artigo.

~~Art. 154 - As novas unidades industriais a serem edificadas serão isoladas da vizinhança através de uma cortina vegetal constituída preferencialmente por árvores perenes.~~

~~§ 1º As edificações deverão possuir recuo das divisas laterais e de fundos de pelo menos 6,00 m (seis metros) para a implantação da cortina vegetal.~~

~~§ 2º A cortina vegetal a ser implantada nos recuos de que trata o parágrafo anterior, deverá ser constituída por árvores de pequeno, médio e grande porte, cujo plantio deverá ser de forma intercalada.~~

~~§ 3º Na testada será obrigatório tratamento arbustivo e ou ajardinamento.~~

~~§ 4º Decreto Municipal disciplinará a quantidade, distância e as espécies que deverão ser implantadas no cortinamento vegetal.~~

Art. 154 As novas unidades industriais a serem edificadas serão isoladas da vizinhança através de uma cortina vegetal constituída preferencialmente por árvores perenes.

§ 1º As edificações deverão possuir recuo das divisas laterais e de fundos de outras Zonas com finalidade distinta da Industrial de pelo menos 6,00 m (seis metros) para a implantação da cortina vegetal.

§ 2º A cortina vegetal a ser implantada nos recuos de que trata o parágrafo anterior, deverá ser constituída por árvores de pequeno, médio e grande porte, cujo plantio deverá ser de forma intercalada.

§ 3º As edificações deverão possuir recuo das divisas laterais e de fundos, inclusive em divisas com vias públicas e entre indústrias, de pelo menos 3,00 m (três metros).

§ 4º Na testada será obrigatório tratamento arbustivo e/ou ajardinamento.

§ 5º Fica autorizada a regularização da edificação das indústrias já construídas até presente data, levando em consideração o existente nas obras existentes. (Redação dada pela Lei Complementar nº 65/2013)

Art. 155 - Nos locais de exploração de jazidas a Municipalidade poderá determinar a qualquer tempo a execução de obras, serviços ou providências consideradas necessárias ao saneamento da área, à conservação do meio ambiente ou à proteção de pessoas, logradouros, cursos d'água e propriedades vizinhas.

Art. 156 - A fim de ser preservada a estética e a paisagem natural no local das jazidas, o interessado deverá apresentar à Municipalidade o respectivo licenciamento ambiental prévio, plano de recomposição paisagística e eventual urbanização, o qual será implantado à medida em que a exploração for sendo realizada.

Capítulo VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

~~Art. 157 - Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar este Código, no que se fizer necessário.~~

Art. 157 Fica permitida, após a aprovação de projeto arquitetônico pela Municipalidade, a utilização de containers para fins comerciais, industriais ou residenciais, no município de Lagoa Vermelha.

§ 1º A utilização de containers destinados provisoriamente para plantão de vendas e depósito de ferramentas de obras serão permitidas, após autorização prévia da Municipalidade.

§ 2º As exposições provisórias poderão fazer uso de containers após autorização prévia da Municipalidade. (Redação dada pela Lei Complementar nº 85/2019)

Art. 158 - A municipalidade poderá interditar obras construídas sem licença do Município ou em desacordo com o projeto aprovado, bem como determinar a adoção de medidas para assegurar ao local as mínimas condições de habitabilidade ou segurança.

Parágrafo Único. O disposto no caput aplica-se a todas as obras construídas, independente de terem ou não licença, quando a interdição ou a adoção de medida forem necessárias para afastar perigo à saúde e à vida das pessoas, bem como afastar ou reduzir os danos ao meio ambiente.

Art. 159 - Os projetos aprovados na vigência da Lei anterior, que ainda não tenham sido executados e cujo prazo de validade já tenha expirado, deverão ser reapresentados para nova aprovação, ficando sujeitos as novas regras.

Art. 160 - A não observância do disposto nesta Lei sujeita o infrator a penalidade de multa de 1 (um) a 1000 (mil) VRM`s, sem prejuízo do cancelamento da licença e da adoção de medidas cabíveis para adequação da irregularidade.

§ 1º - Quando a Lei ou regulamento prever multa com valor específico para determinada infração aplicar-se-á a mesma com exclusão desta, aplicáveis as demais obrigações;

§ 2º - Nos demais casos a aplicação das penalidades de multa e outras sanções observará o disposto no Plano Diretor e no Código Administrativo.

§ 3º - A aplicação das penalidades e a exigência do cumprimento das obrigações previstas nesta Lei observará o procedimento previsto no Código Administrativo.

Art. 161 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 4.246/95.

Secretaria do Município de Lagoa Vermelha, 21 de dezembro de 2006.

MOACIR VOLPATO
Prefeito Municipal

VOLMAR CATAPAN
Agente Administrativo - 1267

Download: Anexos
(www.leismunicipais.com/RS/LAGOA.VERMELHA/ALC16-2006.zip)

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 07/02/2019

Nota: Este texto disponibilizado não substitui o original publicado em Diário Oficial.

